

A política esportiva brasileira: de ‘política de estado’ ao ‘estado da política’

RESUMO

Este ensaio traz reflexões acerca da configuração da política esportiva brasileira, se valendo da experiência do autor como pesquisador do tema e, em determinados momentos, gestor público das referidas políticas. Busca expressar a ausência de política esportiva em seu caráter de “política de Estado”, tecendo considerações sobre os momentos em que mais próximo desse caráter ela esteve, e a oportunidade então perdida. Traz, por fim, entendimento da presença dela no atual Governo, apontando um “estado de política esportiva” totalmente desqualificado em sua possibilidade de alçar-se ao nível de política de Estado. Estado esse que dá sinais visíveis da intenção governamental de militarização da sociedade brasileira, tendo a política esportiva, capitaneada pelas Forças Armadas, como sua fiel escudeira.

PALAVRAS-CHAVE: Política esportiva brasileira; Política de estado; Ministério do esporte; Militarização do esporte

Lino Castellani Filho

Doutor em educação
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Faculdade de Educação Física
lino@fef.unicamp.br
 <https://orcid.org/0000-0003-1022-3489>

Brazilian sports policies: from ‘state policies’ to the ‘state of policies’

ABSTRACT

This essay reflects on the configuration of sports policies in Brazil, drawing on the author's experience as a researcher in the field, and, at certain times, public manager of the referred policies. It seeks to express the lack of a “state policy” character in sports policies, making observations on the moments in which they have come closest to that character and then, the missed opportunity. Finally, it discusses the presence of sports policies under the current government, pointing to a discredited “state of sports policies”, which are very unlikely to rise to the level of state policies. A State that has been giving clear signs of its government's intention to militarize Brazilian Society, having the sports policies, led by the Armed Forces, as its loyal squire.

KEYWORDS: Brazilian sports policies; State policies; Ministry of sports; Militarization of sports

La política deportiva brasileña: de la ‘política de estado’ al ‘estado de la política’

RESUMEN

Este ensayo presenta reflexiones acerca de la conformación de la política deportiva brasileña, basándose en la experiencia del autor como investigador del tema y en ciertos momentos gestor público de dichas políticas. A su vez, busca expresar la ausencia de política deportiva en su dimensión de “política de Estado”, estableciendo consideraciones sobre las ocasiones en que más cerca estuvo así como la oportunidad perdida. Además este texto apunta un entendimiento de la presencia de la política en el actual gobierno indicando un “estado de política deportiva” totalmente descalificado en su capacidad de elevarse al nivel de política de Estado. Estado este que viene emitiendo señales visibles de la intención gubernamental de militarización de la sociedad brasileña teniendo la política deportiva liderada por las Fuerzas Armadas como su fiel escudero.

PALABRAS CLAVE: Política deportiva brasileña; Política de estado; Ministerio del deporte; Militarización del deporte.

Restaurar e reerguer nossa pátria, libertando-a definitivamente do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica (...) daqui em diante nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política (...) o Pavilhão Nacional nos remete à 'Ordem e Progresso'. Nenhuma sociedade se desenvolve sem respeitar esses preceitos (...) vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas...¹.

Assim começávamos 2019.

O “*pacto nacional, com o supremo, com tudo*”² - sugerido pelo então Ministro Romero Jucá, em março de 2016, visando estancar as ações da operação “Lava Jato” antes que chegasse “neles” -, levado a efeito através da substituição da presidenta Dilma pelo então vice-presidente, Michel Temer, e materializado pelo impeachment dela em agosto daquele mesmo ano, nos levou a um cenário a todos inimaginável, inclusive para aqueles que engendraram o golpe ao estado democrático de direito brasileiro. Supor, àquela altura, o desfecho aferido no pleito eleitoral de 2018, não passava pela nossa cabeça e nem tampouco pelas dos artífices do golpe...

O Governo Temer pavimentou o terreno para aquele que o sucederia. Feito isso, teve o mesmo destino de Eduardo Cunha, presidente da Câmara responsável por dar celeridade ao processo de impedimento da presidenta, qual seja o de ser descartado por aqueles que, cartilha neoliberal embaixo do braço, ansiavam por reformas palatáveis à sanha da classe social que representavam, a burguesia nacional e internacional.

E Jair Messias Bolsonaro assume a presidência do Brasil.

Não foi preciso mais do que poucos meses de governo para que muitos dos que nele votaram percebessem que mais do que nos vermos “*livres das amarras ideológicas*”, como ele apregooou em seu discurso de posse, presos estávamos a ideias obscurantistas³.

Segundo o Diário “Folha de São Paulo” de 20 de março deste ano de 2019, em matéria assinada por Rodrigo Borges Bomfim, os números do instituto (Ibope) apontavam que “a avaliação positiva do governo Bolsonaro (34%) era a mais baixa em um princípio de gestão (até março) na comparação com os últimos três presidentes”. “A avaliação positiva do governo de Jair Bolsonaro (PSL) na presidência havia caído 15 pontos percentuais desde o começo do mandato...”.

Dizia a matéria que, “de acordo com o instituto, 34% dos brasileiros consideravam o governo Bolsonaro ótimo ou bom — esse número era de 49% em janeiro e 39% em fevereiro”. E

¹ Excertos do discurso de posse de Jair Messias Bolsonaro como Presidente da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1º de janeiro de 2019.

² Aos que não se lembram, sugerimos o acesso à edição da Folha de São Paulo de 23 de maio de 2016.

³ Segundo o dicionário “Caudas Aulete digital”, obscurantismo é entendido como “*falta ou recusa de instrução, ignorância*”. Também é, segundo ele, “*tendência política a dificultar o progresso intelectual ou o acesso do povo tanto às ciências como às artes, com o fim de explorar suas credences e superstições*”.

seguia a reportagem: “Ao mesmo tempo, o percentual dos que avaliavam o governo como ruim ou péssimo aumentou 13 pontos percentuais: de 11% em janeiro para 24% em março. Outros 34% consideravam a gestão Bolsonaro regular, enquanto 8% não souberam ou preferiram não responder à pesquisa do instituto”⁴.

Isso foi em Março. Em junho, o mesmo instituto de pesquisa trazia números atestatórios da sequência de queda da avaliação do governo: 32% o consideravam ótimo/bom; 32%, regular; ruim/péssimo, 32%; e 3% não sabiam ou não quiseram responder⁵.

Já a desaprovação pessoal de Bolsonaro em agosto, alcançou o índice de 53,7% ante 28,2% em fevereiro⁶.

Disposição para explicitarmos nossa compreensão acerca destes primeiros oito meses de governo Bolsonaro, não nos falta. No entanto, não nos cabe fazê-lo neste espaço, e sim focarmos atenção no que vem se passando no campo da sua política esportiva, capitaneada – adjetivo mais do que adequado, vocês verão –, pela Secretaria Especial do Esporte, vinculada ao Ministério da Cidadania e Ação Social.

Sim, o Ministério do Esporte foi extinto.

Mas com ele também se extinguiu a possibilidade da política esportiva se configurar como Política de Estado e não de governo? Pelo menos neste atual governo, tendemos a dizer que sim. Mas isso não significa dizer que entendemos ter sido desenvolvido uma Política Esportiva de Estado nos anos de vigência da estrutura administrativa ministerial, mesmo se considerarmos tão somente os anos de governo petista, extraídos aqueles anteriores ao protagonismo dos megaeventos esportivos, nos quais sinalizações positivas de seus programas de governo e ações alimentaram a expectativa de tê-la – a política esportiva – finalmente elevada ao patamar mencionado.

É sobre esse nosso entendimento que nos propomos a falar doravante. Para tanto, necessário se faz voltarmos nossa atenção para os anos 1980, década da redemocratização de nosso ordenamento societário.

Foi no advento do primeiro processo eleitoral para presidência da república brasileira no período pós-ditadura, em 1989, que o interesse em saber das propostas dos candidatos para as áreas do esporte e do lazer chamou a atenção de setores sociais, ganhando destaque junto à comunidade acadêmica da Educação Física/Ciências do Esporte.

Não que no Governo Sarney (1985/89), conhecido como *Nova República*, nada tivesse acontecido nesse setor de políticas públicas, muito pelo contrário⁷.

⁴ Disponível no endereço <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/aprovacao-do-governo-bolsonaro-cai-15-pontos-desde-a-posse-diz-ibope.shtml>

⁵ “Pesquisa Ibope mostra aumento na avaliação negativa do Governo Bolsonaro” é o título da matéria assinada por Phillipe Santos para o Correio Brasiliense em 27/06/19.

⁶ Conforme matéria de Mariana Haubert para o Estadão, datada de 26/08/19, fazendo menção a levantamento CNT/MDA.

⁷ É dessa época o hoje conhecido como *Movimento Renovador da Educação Física*⁷ que, em linhas gerais, colocou em xeque – ainda na primeira metade daquela década – a relação paradigmática da Educação Física com o parâmetro da aptidão física, abrindo as portas para a de índole histórico-social, permissionária de estudos apoiados nos constructos epistêmicos de natureza histórico-social, elevando o entendimento de Esporte à sua dimensão de prática social. Sobre ele escrevemos capítulo no volume 1 – “*Memória e História do CBCE*” – de coletânea organizada pelo CBCE

É desse período a constituição, pelo então Ministro da Educação, Marco Maciel, de *comissão de notáveis*⁸ voltada a traçar rumos para o esporte brasileiro. Dessa comissão, presidida pelo militar da reserva (Capitão-de-Fragata) e professor de Educação Física Manoel José Gomes Tubino – que também à época assumira a presidência do *Conselho Nacional dos Desportos*, CND e, bem ao final daquele Governo, a *Secretaria de Educação Física e Desportos* / SEED/MEC –, saiu o documento “*Esporte – Questão de Estado*”, referência central para a formulação do capítulo “*Do Desporto*” da *Carta Magna brasileira* de 1988⁹.

Um pouco antes, mais precisamente em 1983, a Comissão de Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados, à época presidida pelo então deputado federal Márcio Braga, promoveu *Ciclo de Debates* intitulado “*Panorama do Esporte Brasileiro*”, realizado nos períodos de 18 a 21 e 25 a 27 de outubro daquele ano¹⁰.

Esses acontecimentos, contudo, não foram suficientes para alçar a política esportiva à esfera de política de Estado.

De fato, a Secretaria de Desporto com status de Ministério do Governo Collor; seu retorno ao Ministério de Educação no Governo Itamar; o Indesp, o Pelé como Ministro (sem pasta) Extraordinário do Esporte, e a “dobradinha” ministerial com o Turismo nos governos FHC, ordenamentos administrativos configurados naqueles tempos, longe estiveram de fornecer as condições para se pensar o Esporte como pretendido pela comissão instaurada em 1985.

Iludiram-se, todavia, aqueles que pensaram que a criação do Ministério do Esporte em 2003 e sua permanência na estrutura de governo dos dois mandatos de Lula e um de Dilma – seu segundo mandato, conquistado nas urnas, lhe foi usurpado por ação golpista¹¹ –, daria margem à consolidação de políticas esportivas alçadas ao lugar de política de Estado...

Tentemos explicar o dito no parágrafo acima...

denominada “*Ciências do Esporte, Educação Física e produção de conhecimento – 40 anos de CBCE*”. Por sua vez, “*40 anos de CBCE: de expressão do ‘Movimento de Renovação Conservadora’ à síntese do ‘Movimento Renovador (Progressista)’ da Educação Física/Ciências do Esporte*” é o título que demos ao mencionado capítulo.

⁸ O documento em questão foi publicado por instância governamental em tímida edição. Naquele ano de 1985, publicamos em número especial da “*Revista Sprint*”, o Ensaio “*A Política Esportiva no reino do faz-de-conta*”. Nele demos ressonância às críticas dirigidas às comissões de “notáveis”, configuradas em quase todos os setores passíveis de definição de políticas governamentais, por percebê-las parte de estratégia de desmobilização de *movimentos sociais* então presentes como partes constitutivas do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Também entre os anos de 1984/5, compusemos equipe responsável por matérias publicadas na Revista da APEF/SP, “*Corpo & Movimento*”, denominadas “*Autoritarismo e Esporte*” e “*A Educação Física na Nova República*”, que expressavam o clamor por “outro esporte”, “outra educação física” em “outro país” que se descortinava a nossa frente.

⁹ A esse respeito, sugerimos a leitura do livro “*O Lazer como Direito Social*”, de Flávia Da Cruz Santos, fruto de seus estudos de mestrado desenvolvidos junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Unicamp, em 2011. Embora privilegie a inserção do Lazer na Carta Magna de 1988, nele encontramos referências à presença, nela, do Esporte. Em rápidas palavras, tal estudo demonstra ter sido a inserção dos temas Lazer e Esporte – mais este do que aquele – no texto constitucional, menos reivindicação de movimentos sociais do que ação de cunho corporativo.

¹⁰ Os Anais do referido Ciclo de Debates, contendo 446 páginas, foi publicado pela Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados em 1984.

¹¹ Colocamo-nos dentre aqueles que entendem ter sido o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, fruto de golpe político arquitetado por setores da grande mídia, mancomunados com amplas parcelas da burguesia industrial e financeira, ao lado dos poderes legislativo e judiciário.

Com o estado democrático de direito voltando a nortear o ordenamento societário brasileiro e, em especial, com a configuração de governos municipais e estaduais de natureza progressista, popular-democrático, vimos o desenvolver do interesse nos estudos de políticas e gestão públicas de esporte e lazer por parte da comunidade acadêmica vinculada - não só, mas preponderantemente - à Educação Física¹².

Grupos de estudos e pesquisas se multiplicaram a olhos vistos e sociedades científicas, disciplinares ou não - como é o caso do *Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, CBCE* -, passaram a se constituir espaços privilegiados de produção e difusão de conhecimento sobre o tema em questão¹³.

Pois foi na conjunção das ações e simetria dos interesses presentes na área acadêmica e no setor progressista da gestão pública de Esporte e Lazer, que nos qualificamos, acadêmica e politicamente, para vivermos momento especialíssimo em nossa vida profissional, quando nos vimos na condição de *Secretário Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer*, junto ao Ministério do Esporte, por ocasião do primeiro Governo Lula, 2003-06¹⁴.

Foi naquela ocasião que coordenamos seletivo grupo responsável pela elaboração e desenvolvimento do Programa Orçamentário “*Esporte e Lazer Da Cidade*”, constituído por dois projetos, a saber, o da “*Rede Cedes – Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer*”, e o projeto social com o mesmo nome do Programa¹⁵.

Mas se tínhamos expectativa – e tínhamos – de, enfim, determos a hegemonia na definição da política esportiva a ser desencadeada naquele momento histórico, não foi preciso sequer os primeiros 30 dias na Esplanada dos Ministérios para identificarmos nosso engano.

Talvez a “*Carta Aberta à Presidenta Dilma*” que fizemos circular em páginas virtuais por ocasião do processo eleitoral de 2014, sintetize, mais do que nosso sentimento, o entendimento que construímos sobre as ações do Ministério do Esporte nos governos petistas.

Nada melhor do que reproduzi-la abaixo e, a partir dela, tecermos considerações adicionais que entendemos significativas para a configuração deste Ensaio:

¹² Neste particular, não há quem não tenha se referenciado nos trabalhos desenvolvidos por Eduardo Dias Manhães (*Políticas de Esporte no Brasil, 1986*) e, mais adiante, Meily Assbú Linhares (*A trajetória política do Esporte no Brasil: Interesses envolvidos, setores excluídos, 1996*). Ambos os trabalhos foram frutos dos estudos de mestrado desenvolvidos pelos autores, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, o primeiro, e na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, o segundo.

¹³ Dentre os Grupos Temáticos de Trabalho – GTTs – do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, criados em 1997, encontra-se o voltado às políticas públicas de Educação, Esporte e Lazer.

¹⁴ Havíamos sentido sensação similar quando compusemos a assessoria técnica – ao lado do professor João Paulo Subirá Medina - do Secretário da Secretaria de Esporte, Recreação e Lazer do município de São Paulo, Juarez Soares, recentemente falecido, por ocasião do Governo Luíza Erundina (1989/92).

¹⁵ Sobre a “Rede Cedes”, pudemos tecer considerações em prefácio do livro organizado pelo “*Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer – Avante*”, intitulado “*Política de Esporte nos anos Lula e Dilma*”, publicado em 2016. Quanto ao Projeto Social “*Esporte e Lazer Da Cidade*”, nossa mais recente alusão a ele se encontra no livro “*Formação de Agentes Sociais dos Programas ‘Esporte e Lazer Da Cidade’ e ‘Vida Saudável’*”, em capítulo de livro denominado “*A Formação dos Agentes Sociais na gênese do Programa ‘Esporte e Lazer Da Cidade’: Indução como responsabilidade do Estado*”, publicado pela editora Autores Associados também em 2016.

Não é nossa intenção voltar a nos debruçar sobre eles, neste Ensaio.

Começo esta carta externando meu respeito a Vossa Excelência, presidenta de meu país, e à sua história de vida.

Diferentemente do que possa aparentar estas linhas, estarei votando na senhora nas eleições de outubro próximo, repetindo gesto realizado em 2010.

Não! Não estou satisfeito com todas as decisões tomadas pelo seu governo, mas tenho clareza de ser o PT - Partido ao qual sou filiado desde 1988 -, no atual contexto político brasileiro, aquele capaz de continuar desenvolvendo esforços para minimizar as desigualdades sociais que nos assolam desde sempre.

Poderia aqui continuar seguindo nessa direção, detalhando pari passu os inúmeros equívocos cometidos pelo governo presidido pela senhora, mas não é isso que me proponho fazer e sim me deter em apenas uma das políticas sociais que, a meu juízo, deve ser merecedora de sua especial atenção em seu próximo mandato.

Refiro-me à Política Esportiva.

Faço isso no entendimento de não podermos deixar passar a oportunidade da recente Copa do Mundo de Futebol – e o insucesso de nosso selecionado –, de enfrentarmos de frente as mazelas que afetam essa política setorial não de hoje e nem tampouco a partir de 2003 com a chegada de LULA à presidência do país. Quem as atribui ao governo petista, ou age de má fé ou é ignorante da história da política esportiva brasileira.

Também não me limitarei ao Futebol, mesmo sabendo ser ele para nós muito mais do que só um jogo... Fato é presidenta, que nesses últimos 12 anos foi perdida rica oportunidade de desenvolvimento de política esportiva que fizesse jus ao nome.

Até que o início em 2003 foi alvissareiro... O Plano Pluri Anual de Governo (2004/07) explicitava equilíbrio orçamentário entre os Programas, reservando lugar de relevo aos projetos sociais esportivos. O documento aprovado pelo Conselho Nacional de Esporte em 2005, autodenominado Política Nacional de Esporte, trazia em seu bojo avanços significativos no entendimento do papel do poder público em relação ao Esporte. As duas primeiras Conferências Nacionais de Esporte, respectivamente intituladas Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano (2004) e Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer (2006), davam mostras que o verdadeiramente “novo” estava sendo gestado ¹⁶.

Mas tudo não passou de ilusão. O documento da Política Nacional de Esporte, em sua essência, não chegou a sair do papel. Até hoje frequenta a

¹⁶ Aqui encontrávamos os mais do que indícios de configuração de política esportiva com vocação para política de Estado, notadamente na sinalização da configuração do Sistema Nacional do Esporte.

página virtual do Ministério do Esporte, como que avivando nossa lembrança do que ela poderia ter sido¹⁷.

O Conselho Nacional de Esporte expressou sua subserviência ao se submeter, docilmente, ao lugar de tabelião das decisões ministeriais, carimbando-as quando solicitado¹⁸.

As Conferências derramaram um balde de água fria na esperança daqueles que acreditaram que de suas deliberações sairiam o norte da política esportiva. Não só as viram ignoradas como também presenciaram sua terceira versão (2010) ir no sentido contrário a tudo o que até então havia sido motivo de construção coletiva, explicitando o total comprometimento do governo com os anseios do setor conservador do campo esportivo. Plano Decenal do Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais, seu tema central, quase único, refletiu acima de tudo a infeliz coincidência de interesses dos defensores da visão liberal de “cidade empresarial” – para os quais os megaeventos (não só) esportivos eram, e são, um prato cheio – e os interesses da carcomida elite esportiva...

Em 2014, quando escrevemos essa Carta, cuja leitura interrompemos por conta das reflexões que trazemos abaixo, fazia oito anos que havíamos deixado o Ministério do Esporte e retomado nossas atividades docentes na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Ao longo deles, pudemos dar vazão a estudos acadêmicos materializados em dissertações de mestrado e teses de doutorado de orientandos, ao lado de pequenos ensaios, que possuíam em comum terem a política esportiva como objeto de análise. Tais estudos nos propiciaram construir novas sínteses do vivido, trazendo a mediação da teoria para nos distanciar de entendimentos construídos, muitas das vezes, no calor dos acontecimentos, sem o distanciamento necessário para apreendê-los criticamente.

Alguns desses ensaios vieram a compor coletânea publicada em 2013¹⁹. Foi o caso dos “*O PT, a Política Esportiva brasileira e a Síndrome de Estocolmo*”, “*III Conferência Nacional de Esporte e Lazer: Risco de engodo e empulhação*”, “*Da Copa, da Copa, da Copa abrimos mão; queremos mais recursos pra saúde e educação*”, “*Os senhores dos anéis*”, “*Divagações sobre heróis e povo*” e “*Dia do Jogo limpo ou... Doping e hipocrisia*”²⁰.

¹⁷ O contraditório também se fez presente no tocante à escolha do local de lançamento do documento: Clube Pinheiros, São Paulo, SP. Não bastasse essa escolha, a “pulga atrás da orelha” coçou quando Carlos Nuzman, então presidente do COB, em seu discurso de saudação, faz menção ao fato do presidente Lula ter feito pelo Esporte, em dois anos de governo, mais do que os que o antecederam, juntos...

¹⁸ Sobre o Conselho, recomendamos a leitura da instigante tese de doutorado da professora da UFMA Silvana Martins de Araújo, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação de Política Social da UnB em 2016, sob o título “*Controle Democrático Da Política Esportiva Brasileira: Um Estudo Sobre o Conselho Nacional Do Esporte*”.

¹⁹ Trata-se do livro aqui já mencionado, “*Educação Física, Esporte e Lazer: Reflexões nada aleatórias*”, publicado pela editora “Autores Associados” em sua coleção “*Polêmicas do nosso tempo*” (nº105), em 2013.

²⁰ Esses Ensaio, alguns sob a forma de crônica, foram, primeiramente, tornados públicos ao longo daqueles anos, através da página virtual da *Universidade do Esporte*, <universidadedoesporte.org>.

Ensaio de maior fôlego, publicamos em dossiê elaborado por este periódico em 2014²¹. Sob o título “*Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano*”²², exploramos, dentre outros, os conceitos de *idades empresariais* e *idades de exceção*, elaborados pelo professor Carlos Vainer²³.

Das dissertações orientadas por nós, listamos as elaboradas por Lia Polegato Castelan (“*As Conferências Nacionais de Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo LULA [2003-2010]*”, 2011). Juliane Cristine Alves Correia (“*O Setor Privado não lucrativo e as Políticas Públicas de Esporte e Lazer [2008-2011]*”, 2012), Juliana Cristina Barandão (“*A Copa FIFA 2014 para além da política esportiva: Estudo do dissenso entre os interesses da 'cidade empresarial' e os dos cidadãos, através da análise da ação dos movimentos sociais*”, 2014).

Das teses, elencamos aquelas que se relacionaram diretamente com o tema da política esportiva, como a de Luiz Fernando Camargo Veronez. (“*Quando o Estado joga a favor do Privado: As Políticas de Esporte após a Constituição de 1988*”, 2005), Roberto Lião Júnior (“*Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de esporte e lazer: A Experiência do Consórcio Brasília*”, 2013), a de Frederico Jorge Saad Guirra (“*Os V Jogos Mundiais Militares no Brasil e a reinserção do Esporte Militar na política esportiva nacional*”, 2014), e a de Wilson Luiz Lino de Sousa (“*Em busca do elo perdido: A produção de conhecimentos científicos e tecnológicos a serviço da qualificação das políticas públicas de esporte e lazer*”, 2014)²⁴.

Voltemos, então, à Carta Aberta, na qual propusemos solução para o Ministério do Esporte não levada a sério pelos que a leram, talvez por conta do caráter radical da propositura, talvez pelo tom irônico que a acompanha:

... Diante desses fatos, Senhora Presidenta, sugiro a extinção do Ministério do Esporte.

Saiba de antemão que não vai ser fácil fazê-lo, porque contra essa medida se juntarão as forças conservadoras (não só) do campo esportivo brasileiro, nele - assim como também em outras esferas de nossa vida pública - hegemônicas.

²¹ “*Políticas Públicas de Esporte e Lazer*” foi o nome dado ao volume 26, nº42, de junho de 2014, que traz em seu editorial, ao lado dos responsáveis pelo periódico, Maurício Roberto da Silva e Giovani De Lorenzi Pires, o nome de Fernando Starepravo, professor da UFPR, à época coordenador do GTT “*Políticas Públicas*”, do CBCE e, com eles, responsável pelo número especial.

²² Disponível no endereço <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2014v26n42p98>

²³ Professor titular do instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ) e coordenador da Rede de Observatórios de conflitos Urbanos e do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual, Carlos Vainer nos serviu de referência por ocasião dos estudos sobre os megaeventos esportivos.

²⁴ Ao longo desse período coordenamos o “*Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer*” – ‘*Observatório do Esporte*’, devidamente cadastrado junto ao Diretório de Grupos do CNPq e ativo até 2014, quando então o desativamos, três anos após nossa aposentadoria pela Unicamp, em 2011, e já tendo assumido a condição de *professor-visitante* na UnB nos anos de 2012 e 2013, condição que repetimos em 2016 e 2017, exercendo atividades junto à sua Faculdade de Educação Física e, nela, prioritariamente, junto ao “*Grupo de Pesquisas e Formação Sociocrítica de Educação Física, Esporte e Lazer*” – ‘*Avante*’.

Sim! Também no interior de nosso Partido encontrará resistência.

Não! Não defendo tal medida por conta do acontecido na recente Copa FIFA aqui realizada. Apenas peço, em contrapartida, que não se deixe enganar pela forma festiva e entusiasmada pela qual os torcedores estrangeiros foram recebidos e tratados por aqui, pois esse crédito precisa ser atribuído a quem de direito, nosso povo.

Defendo sua extinção pelo conjunto da obra.

Vou mais além. Defendo a extinção do Ministério do Esporte por vê-lo como desnecessário em um cenário político que vê, no Esporte, não a prática social reconhecida como direito social na letra – infelizmente ignorada – de nossa Carta Constitucional, mas sim como produto/mercadoria altamente rentável, com forte impacto em nosso PIB em razão da força de sua cadeia produtiva.

E não só isso, mas também pela ciência de que seu forte apelo popular é permissionário de ações governamentais centradas no conceito de cidades empresariais, acima já mencionado, articulador dos megaeventos como a Copa do Mundo que acabamos de presenciar e com o qual, com as olimpíadas de verão em futuro próximo, continuaremos a nos deparar, abrindo brechas para fazer de nosso aparato legal de ordenamento da vida nas cidades, tal qual o Estatuto da Cidade se caracteriza, exceção à regra.

Nesse sentido, proponho que a senhora desloque tal política para o, digamos... “Ministério dos Grandes Negócios”. Tenho esperança que assim procedendo, as entidades de administração e prática esportivas deixarão, pelo menos, de ser aquilo em certo momento chamado de “feudos esportivos” voltados à “pequena” política²⁵. Já a esperança de que o interesse público prevaleça sobre o privado, dentro da lógica enunciada, não a tenho.

Em relação aos Programas Orçamentários de natureza social, materializados nos comumente chamados ‘projetos sociais esportivos’, sugiro que os coloque sob a responsabilidade do “Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”. Sim, porque penso que se faz necessário acrescentar à cesta do Programa Bolsa Família, produtos que venham alimentar a formação humana dos brasileiros, ampliando e qualificando o conceito de inclusão social hoje presente. Afinal os Titãs já cantavam *que a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte*.

Nesse particular, estava propenso a sugerir que os recursos do Ministério do Esporte alocados nos seus projetos sociais esportivos fossem canalizados para o de sua *nova casa*, mas ao me lembrar do volume

²⁵ Quem assim as chamava era o professor Manoel Gomes Tubino, aqui já nominado.

orçamentário a eles destinados ao longo desses anos, entendi por bem me calar por tão irrisórios, insignificantes e desrespeitosos que foram e são.

Interrompemos novamente a leitura da Carta para convidá-los a buscar (não só²⁶) nas dissertações de mestrado acima mencionadas, notadamente às de Juliane Cristine Correia e de Lia Polegato Castelan, indicativos da execução orçamentária do Ministério do Esporte, neles reparando a exiguidade de recursos efetivamente utilizados nos projetos sócias presentes nos Programas orçamentários da pasta. Quanto a eles, chamamos a atenção para o fato de que o privilegiar de um em detrimento do outro, longe esteve de possuir como critério, a qualidade conceitual dos mesmos.

Concluamos a leitura da Carta:

Resta falar do chamado Esporte Educacional, aquele presente nas instituições brasileiras de educação. Desculpe-me a obviedade do que aqui defendo, mas entendo que deva caber a elas, instituições de educação básica e superior, estabelecerem políticas definidoras de como o Esporte - seja na ótica do conhecimento, na de rendimento / performance ou na perspectiva de fruição do tempo livre de trabalho -, deva compartilhar de seus objetivos institucionais. Com esse proceder, minimizaríamos o risco de ver a presença do Esporte nessas instituições, submetida aos objetivos da instituição esportiva e não aos delas, configurativo do quadro exaustivamente denunciado do Esporte Na Escola e não do almejado Esporte Da Escola²⁷.

Ao me despedir, sei que a Senhora ficaria satisfeita se os problemas que terá que continuar a enfrentar se limitassem ao terreno aqui enunciado. Sei da envergadura dos desafios que enfrenta e continuará enfrentando na condição de presidenta do Brasil. Peço apenas que não descure destes aqui relatado.

Respeitosamente
Lino Castellani Filho
Cidadão brasileiro.

O 2º Mandato da Presidenta Dilma não aconteceu.

Por mais que tenha derrotado seu opositor nas urnas e dado início àquilo que seria a continuidade de sua presença à frente do governo brasileiro, as condições políticas que lhe foram impostas não lhe permitiu exercê-lo de fato.

²⁶ Correndo o risco de sermos injustos, e já nos desculpando por isso, fazemos referência a grupos de estudos e pesquisas que, de tempos recentes para cá, vem privilegiando análises acerca do financiamento das políticas esportivas em nosso país. Os encontramos nas Universidades Federais do Paraná, UFPR, Brasília, UnB, Maranhão, UFMA, e nas Universidades Estaduais paranaenses de Londrina e Maringá.

²⁷ O Projeto social “*Segundo Tempo*” – carro-chefe do Ministério do Esporte por trazer a chancela do Partido que por mais tempo esteve à frente da pasta, diferentemente do outro, “*Esporte e Lazer Da Cidade*”, elaborado e executado pelos “petistas” nele alocados, recebeu bastante atenção de parte da comunidade acadêmica. A forma como o 2º tempo se relacionava com o 1º tempo curricular, foi motivo de análises contundentemente negativas do configurado.

As referidas circunstâncias políticas, já são de conhecimento público. Fato é que Jair Messias Bolsonaro é eleito presidente do Brasil.

O Ministério do Esporte deixou de existir.

Em seu lugar, uma *Secretaria Especial de Esporte*, vinculada ao *Ministério de Cidadania e Ação Social*, ao lado de outras duas, de *Cultura* e de *Ação Social*.

Não! Não pensem que o pleiteado na Carta à presidenta Dilma foi contemplado pelo governo Bolsonaro! O ocaso do Ministério do Esporte já estava anunciado no governo Temer.

Tal quadro, todavia, fez por alentar a presença das Forças Armadas no cenário esportivo nacional, presença essa de caráter estratégico.

Em Artigo aqui já citado, buscamos trazer o resultado de nossos estudos sobre o porquê da presença das Forças Armadas no campo esportivo brasileiro.

Em tais estudos, nos dedicamos a apontar

quais seriam as possíveis razões para a escolha de um país sem nenhuma tradição no esporte fardado, em sediar uma competição de tamanha proporção. Sinalizamos que a realização do megaevento militar em solo brasileiro, ao lado de expressar estratégia de reinserção do Esporte Militar no campo esportivo nacional, trazia em suas entrelinhas, objetivos muito bem articulados e definidos para os principais atores envolvidos em sua realização, no Brasil: o Governo Federal, o Comitê Olímpico Brasileiro e as Forças Armadas, tendo então, como meta principal, os Jogos Olímpicos de Verão, em 2016, também no Rio de Janeiro.

E seguimos dizendo,

Dos objetivos alcançados, vistos como legados dos *Jogos Mundiais Militares*, um material e outro socioeducacional mereceram especial atenção para efeitos deste estudo, pelo fato de entendermos a existência de uma linha muito tênue entre eles: o primeiro foi a incorporação de atletas civis às Forças Armadas, por meio da criação do Programa *Atletas de Alto Rendimento* – PAAR -, no ano de 2009. Com esse Programa, a realização dos referidos Jogos no Brasil serviu principalmente para colocar o campo militar como importante instância de sustentação dos interesses da comunidade olímpica brasileira, por meio da destinação de suporte logístico, físico e de treinamento dos atletas olímpicos via militarização dos mesmos, sustentáculo esse garantidor de conquista de medalhas por atletas militarizados nas principais competições esportivas mundiais no ciclo olímpico 2012-2016²⁸.

Quanto a elas, vejamos:

- 1º lugar nos Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro (2011);

²⁸No ano de 2009 é criado o Programa Atletas de Alto Rendimento, que tinha por principal objetivo incorporar, por meio de editais, atletas do alto rendimento nacional às Forças Armadas.

- 3º lugar nos Jogos Panamericanos de Guadalajara (2011), no qual 40 das 141 medalhas foram obtidas pelos atletas militarizados;
- 2º lugar no quadro geral de medalhas na VI edição dos Jogos Militares Mundiais realizados na Coreia do Sul (2015);
- 05 das 17 medalhas obtidas por ocasião dos Jogos Olímpicos de Verão em Londres (2012) foram obtidas por eles;
- 67 foi o nº de vezes que os atletas incorporados às Forças Armadas subiram ao pódio por ocasião do Panamericano de Toronto, Canadá (2015).

“Militares atletas (e não atletas militarizados, observem...) conquistam mais de metade das medalhas obtidas no Pan-americano (sic) de Lima, no Peru” estampa a página virtual do Ministério da Defesa²⁹ de 12 de agosto de 2019, mês em que escrevemos este Ensaio.

Sim! Ministério da Defesa e não da Cidadania, onde se localiza a Secretaria Especial de Esporte. “Atletas brasileiros no pódio prestando continência à Bandeira Nacional. Esta foi imagem constante durante os Jogos Pan-Americanos (sic) de Lima, no Peru, encerrados neste domingo, 11 de agosto”. E segue a matéria em estilo a fazer inveja ao antigo DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda do “Estado Novo”:

Muitos se perguntam quem são esses homens e mulheres que projetam o nome do Brasil no cenário do esporte e demonstram patriotismo e determinação, enchendo uma nação de orgulho. São os militares atletas das Forças Armadas que, nesta edição do Pan, conquistaram nada menos do que 54,39% do total de medalhas alcançado pela delegação brasileira. Competiram em Lima pelo Time Brasil 485 atletas. Desses, 138 são integrantes do Programa de Alto Rendimento (PAAR) das Forças Armadas.

E conclui a matéria, assinada por Maristella De Lucca Marszalek:

Com o objetivo de fortalecer a equipe militar brasileira em eventos esportivos de alto nível, o PAAR, junto com o Comitê Olímpico Brasileiro, o Ministério da Cidadania, os Clubes aos quais os atletas pertencem e as Confederações e Federações Esportivas, constitui-se numa engrenagem de sucesso que viabiliza o Projeto olímpico Brasileiro.

Não se iludam. O protagonismo da política esportiva não está na Secretaria Especial de Esporte e sim no Ministério da Defesa.

Também o Congresso Nacional entrou na onda da Militarização do Esporte.

Novamente em matéria veiculada pela página virtual oficial do Ministério da Defesa de 07 de junho de 2019, ficamos sabendo que “Atletas olímpicos do Programa de Alto Rendimento do Ministério da Defesa ministraram palestra motivacional a servidores do Senado, da Câmara dos

²⁹ <https://www.defesa.gov.br/component/content/article/2-uncategorised/59343-militares-atletas-conquistam-mais-de-metade-das-medalhas-obtidas-no-pan-americano-de-lima-no-peru?Itemid=101>

Deputados e a estudantes do ensino médio e fundamental...”. Soubemos ainda que “o evento ocorreu no auditório Antonio Carlos Magalhães do Interlegis, instituição do Senado Federal localizado em Brasília³⁰. E mais, que “os esportistas, Sargento da Marinha Hugo Parisi, da modalidade saltos ornamentais; Sargento do Exército Welissa Gonzaga, jogadora de vôlei conhecida como Sassá; e o Sargento da Força Aérea Ítalo Manzine, da natação, falaram sobre desafios, superação e também sobre o Programa Atletas de Alto Rendimento (PAAR)”. Por fim, a senadora e ex-jogadora de vôlei, Leila Barros (PSB/DF) “lembrou das dificuldades geralmente enfrentadas por atletas no decorrer da carreira: ‘Vocês não imaginam o que essas pessoas aqui e eu abdicamos para representar o Brasil’³¹, ressaltou”, diz a autora da matéria Lane Barreto.³²

O fato da palestra dos atletas militarizados ter sido dirigida, para além dos senadores, deputados e servidores do legislativo nacional, a estudantes do ensino fundamental e médio, como nos mostra a matéria acima, ratifica nosso entendimento sobre o processo de militarização da sociedade brasileira em curso, tendo o Esporte, mas não só ele, como um dos carros-chefes para a consecução do projeto.

Matéria veiculada pelo “portal na Hora” em 11 de julho de 2019 comunica que o MEC anuncia a implantação de 108 escolas militares no país. Segundo ela, “o Ministério da Educação anunciou a meta de criar 108 escolas ‘cívico-militares’ no Brasil até 2023. O plano – prossegue – “é instalar uma por ano em cada uma das 27 unidades da federação. A ampliação da rede de escolas militares foi uma das promessas de campanha do presidente Jair Bolsonaro”. Jânio Carlos Endo Macedo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, disse, conforme a equipe de jornalismo do portal na Hora, que “as novas escolas serão implantadas em regiões carentes”. E explica o motivo: “Se não colocar em locais carentes, vai fazer o que? Vai aumentar a diferença de conhecimento dessa população...”.

Faz-se importante frisar que o processo de militarização das escolas vem ocorrendo desde antes mesmo da chegada à presidência de Jair Messias Bolsonaro³³. Entretanto é dele a iniciativa, de promulgar Decreto normatizando a criação e funcionamento das escolas cívico-militares. No dia 02 de janeiro de 2019, o Governo Federal encaminha o Decreto nº 9.465 para publicação no D.O.U. Sua publicação acontece três dias depois, dia 05. Com eficácia prevista, em seu artigo 10, para vigorar a partir do dia 30 do mesmo mês traz, no artigo 16 de seu anexo I³⁴, a criação da *Subsecretaria de fomento às Escolas Cívico-militares*, detalhando em seus incisos, sua competência³⁵.

Militarização da Educação Básica, militarização da “política esportiva...

³⁰ Sui generis a escolha do auditório, não...???

³¹ Sem comentários...

³² <https://www.defesa.gov.br/noticias/56929-atletas-militares-falam-sobre-suas-trajetorias-em-palestra-no-senado>

³³ Sobre isso tratamos no Artigo encaminhado ao CBCE para compor a coleção aqui já mencionada.

³⁴ Decreto nº 9.465 de 02 de janeiro de 2019.

Anexo I – Estrutura Regimental do Ministério da Educação. Acesso: <https://www.conjur.com.br/dl/decreto-9465-janeiro-2019-ensino-militar.pdf>

³⁵ Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/01/24/no-mec-militares-devem-comandar-financiamento-hospitais-e-ensino-superior.htm?utm_source=chrome&utm_medium=webale.

Quanto à Secretaria Especial de Esporte e às suas mais recentes ações, duas delas vêm ao encontro do que aqui expusemos, em relação à total e absoluta impossibilidade de visualizarmos, neste governo, horizonte de configuração da política esportiva como política de Estado.

A primeira delas diz respeito ao projeto social Esporte e Lazer Da Cidade. Em nota à comunidade, a UFMG Informa que,

Por decisão do Ministério da Cidadania do Governo Federal, a parceria com a universidade Federal de Minas Gerais, no Programa de Formação, Monitoramento e Avaliação dos Programas de Esporte e Lazer da Secretaria Especial do Esporte não terá continuidade. Neste sentido, as atividades realizadas pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia ocupacional nos Programas PELC, Vida Saudável, entre outros, não serão mais realizados a partir de setembro de 2019.

A segunda se refere à Rede Cedes, Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer, nascida por dentro do Programa Orçamentário Esporte e Lazer Da Cidade como projeto vinculado ao Departamento de Ciência & Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL.

O Repositório Vitor Marinho de Oliveira, lotado no LaboMidia na Universidade Federal de Santa Catarina, fez circular a informação sobre a sua impossibilidade de aceitar novas submissões e tampouco extrair novas senhas para as devidas submissões, pelo fato de estar, há mais de dois anos, sem receber recursos do ainda existente Ministério do Esporte e hoje da Secretaria Especial do Esporte, para sua manutenção, encontrando-se em momento de instabilidade técnica com risco eminente de se tornar não operacional.

Então, ficamos assim. Da possibilidade – frustrada – de possuímos a política esportiva como política de Estado, chegamos a um estado – deplorável - de política esportiva.

De resto a barbárie, sob a forma obscurantista, parece estar apenas começando.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvana Martins. **Controle democrático da política esportiva brasileira: um estudo sobre o Conselho Nacional do Esporte**. Tese de Doutorado. Brasília, Universidade de Brasília, UnB, Programa de Pós-Graduação de Política Social, 2016.

BARANDÃO, Juliana Cristina. **A Copa FIFA 2014 para além da política esportiva: estudo do dissenso entre os interesses da 'cidade empresarial' e os dos cidadãos, através da análise da ação dos movimentos sociais**. Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2014.

BRASIL. **Anais do ciclo de debates ‘Panorama do Esporte Brasileiro’**. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984.

CASTELAN, Lia Polegato. **As Conferências Nacionais de Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo Lula [2003-2010]**. Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino. 40 anos de CBCE: de expressão do ‘Movimento de Renovação Conservadora’ à síntese do ‘Movimento Renovador (Progressista)’ da Educação Física/Ciências do Esporte. In LARA, Larissa; ATHAYDE, Pedro Fernando; MYSKIW, Mauro; AUGUSTO DOS SANTOS, Romilson; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz; CONCEIÇÃO, Victor Julierme Santos da; ARAUJO, Allyson de Carvalho; MOLINA NETO, Vicente (orgs.). **Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE**. Coleção Educação Física, Volume 1, Memória e História do CBCE. Ijuí, Unijuí, 2019, pp. 65-76 (ISBN 978-85-419-0287-8).

CASTELLANI FILHO, Lino. Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano. **Motrivivência** (ISSN: 2178042). UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, V. 26 (42), junho de 2014, pp. 98-114.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias**. Campinas, Autores Associados, Coleção Polêmicas de Nosso Tempo, (105), 2013 (ISBN 978-85-7496-298-6).

CASTELLANI FILHO, Lino; LIÃO JÚNIOR, Roberto; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores Noronha; SAMPAIO, Juarez Oliveira. A formação dos agentes sociais na gênese do programa ‘Esporte e Lazer da Cidade’: indução como responsabilidade do Estado. In PINTOS, Ana Helenara S.; ISAYAMA, Helder Ferreira (orgs.). **Formação de agentes sociais dos programas “Esporte e Lazer da Cidade” e “Vida Saudável”**. Campinas, Autores Associados, 2016, PP. 7-32, (ISBN 978-85-7496-371-6).

CORREIA, Juliane Cristine Alves. **O setor privado sem fins lucrativos e as políticas de esporte e lazer (2008 – 2011)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

GUIRRA, Frederico Jorge Saad. **Os V jogos mundiais militares no Brasil e a reinserção do esporte militar na política esportiva nacional**. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Programa de pós-Graduação em Educação Física, 2014.

GUIRRA, Frederico Jorge Saad; CASTELLANI FILHO, Lino. Segundo Tempo – Forças no Esporte: a expansão do esporte de alto rendimento como legado dos Jogos Mundiais Militares. In SILVA, João Batista Lopes da; ASSUMPÇÃO, Luís Otávio Teles (orgs.). **Educação física, esporte e lazer em perspectiva sociocultural e inclusiva**. Brasília, ArtLetras, 2017, pp.14-25 (ISBN 978-85-9506-024-1).

GUIRRA, Frederico Jorge Saad; CASTELLANI FILHO, Lino. Direita, volver! Forças no esporte e... na educação: a militarização da sociedade brasileira em marcha. In: LARA, Larissa; ATHAYDE, Pedro Fernando; MYSKIW, Mauro; AUGUSTO DOS SANTOS, Romilson; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz; CONCEIÇÃO, Victor Julierme Santos da; ARAUJO, Allyson

de Carvalho; MOLINA NETO, Vicente (orgs.). **Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE**. Ijuí, Injuí, Coleção Educação Física, Volume 8 – Políticas Públicas, no prelo.

LIÃO JÚNIOR, Roberto. **Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de esporte e lazer: a experiência do consórcio Brasília**, Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2013.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 1996.

SANTOS, Flávia da Cruz. **O Lazer como direito social: sua inclusão na constituição de 1988**. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2014 (ISBN 978-85-391-0627-1).

SOUZA, Wilson Luiz Lino de. **Em busca do elo perdido: a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos a serviço da qualificação das políticas públicas de esporte e lazer**. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2014.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a constituição de 1988**. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2005.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS - Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - Não se aplica.

FINANCIAMENTO - Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES - Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência** - ISSN 2175-8042 os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou

como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

HISTÓRICO

Recebido em: 31 de agosto de 2019

Aprovado em: 17 de setembro de 2019